

Arquitetura moderna e patrimônio na modernização do bairro de Santo Antônio no centro histórico do Recife (1946-1979)

Modern Architecture and Heritage in the Modernization of Santo Antônio Neighborhood in the Historic Center of Recife (1946-1979)

Patricia Ataíde Solon de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Fernando Diniz Moreira

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Resumo

O centro do Recife, particularmente os bairros de Santo Antônio e São José, passou por grandes transformações nas décadas intermédias do século XX, com a abertura de novas avenidas e um intenso processo de verticalização que provocou a destruição de muitos edifícios coloniais e ecléticos. Este momento também assistiu ao início do reconhecimento e proteção do patrimônio histórico local, com a instalação, em 1946, do 1º Distrito da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e à afirmação da arquitetura moderna na cidade. Logo, esta dinâmica de modernização da cidade do Recife foi uma arena de conflitos, interesses e experimentações expressos nos documentos referentes aos processos de aprovação dos novos edifícios no centro histórico. O debate provocado pela inserção desses novos edifícios é um campo privilegiado para se estudar o diálogo entre os profissionais da preservação, que buscaram controlar a verticalização das áreas centrais, e os arquitetos modernos, que buscaram implementar os novos valores desta arquitetura. Este artigo tem como objetivo identificar os processos de negociação e as estratégias adotadas pelos arquitetos para a aprovação de edifícios modernos no centro histórico do Recife, analisando três casos específicos da construção de edifícios altos no entorno de monumentos religiosos no bairro de Santo Antônio.

Palavras-chave: verticalização, patrimônio, Brasil, urbanismo moderno

Abstract

The center of Recife, particularly the Santo Antônio and São José districts, underwent significant transformations in mid-20th century, with the opening of new avenues and an intense process of verticalization that led to the destruction of many colonial and eclectic buildings. This period also witnessed the beginning of recognition and protection of the local historical heritage, with the establishment of the 1st District of the Directorate of National Historical and Artistic Heritage in 1946, and the affirmation of modern architecture in the city. Consequently, this dynamic process of modernization in Recife became an arena of conflicts, interests, and experiments, evident in the documents concerning the approval processes of new buildings in the historic center. The debate sparked by the insertion of these new buildings offers a privileged field to study the dialogue between preservation professionals, who sought to control the verticalization of central areas, and modern architects, who sought to implement the new values of this architecture. This article aims to identify the negotiation processes and strategies adopted by architects for the approval of modern buildings in the historic center of Recife, analyzing three specific cases of high-rise buildings nearby religious monuments in the Santo Antônio neighborhood.

Keywords: verticalization, heritage, Brazil, modern urbanism

Recebido 25 de agosto de 2023

Aceito 9 de novembro de 2023

Publicado 17 de dezembro de 2023



Introdução

Como em outras grandes cidades latino-americanas, a cidade do Recife assistiu a um crescimento explosivo entre as décadas de 1940 e 1970, que teve grande impacto tanto na expansão de sua mancha urbana quanto na remodelação da sua área central. O aumento do número de conexões do centro urbano com as áreas mais periféricas favoreceu a criação de alguns bairros planejados, Derby, Hipódromo e Jardim São Paulo, mas a expansão urbana se deu maciçamente por meio de novos loteamentos não articulados entre si e pela ocupação de maneira espontânea de áreas de mangue ou alagáveis ou áreas de morro, por camadas populares, transformado a mancha urbana em um grande *continuum*.

A área central vivenciou os impasses e conflitos entre conservação e modernização, cercada por áreas de subúrbio em franca urbanização e espraiamento. Em sequência às obras de reaparelhamento do Porto e remodelação do bairro portuário entre 1909 e 1915, foi iniciado no segundo quartel do século XX um amplo debate urbanístico que terminou por gerar inúmeros planos urbanos baseados no ideário moderno. Entre as décadas de 1930 e 1960, esse processo causou a abertura de avenidas nos bairros de Santo Antônio e São José, ao redor das quais ocorreu um intenso processo de verticalização que provocou a destruição de edifícios coloniais e ecléticos.

Este momento também assistiu à chegada em cena de dois campos profissionais de cariz moderno: os campos da preservação e da arquitetura moderna. O início do reconhecimento e da proteção ao patrimônio histórico local foi fortalecido, com a instalação, em 1946, do 1º Distrito Regional da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1ºDR/DPHAN), que passou a ter um papel fundamental na proteção ao patrimônio construído do centro da cidade, buscando controlar a verticalização e estabelecer parâmetros para a inserção de novos edifícios.

O estabelecimento de arquitetos de formação moderna no Recife, entre 1949 e 1951, deu início ao processo de consolidação da arquitetura moderna no estado de Pernambuco. A prática profissional e a atuação destes profissionais na Faculdade de Arquitetura do Recife influenciaram

toda uma geração de arquitetos, que teve uma prolífica atuação nas décadas seguintes.

O debate provocado pela inserção de novos edifícios em altura no Bairro de Santo Antônio é um campo privilegiado para se estudar o complexo diálogo entre os profissionais da preservação e os arquitetos modernos, complexo, pois, como sabemos, estes dois campos compartilharam, no Brasil, uma série de valores em comum.

A construção de uma identidade brasileira moderna pelo regime varguista demandou o envolvimento de artistas, intelectuais, historiadores e arquitetos e teve o patrimônio como um item estratégico. A fundação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi feita por intelectuais claramente inclinados ao modernismo, evidenciando os fortes laços entre o sistema de preservação e a arquitetura moderna. Arquitetos modernos, como Acácio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo, também participaram ativamente do 1º Distrito da DPHAN como consultores, mas estavam ao mesmo tempo buscando atender demandas do mercado imobiliário. Dirigentes do patrimônio, como o engenheiro Ayrton da Costa Carvalho, por sua vez, tiveram sua formação ligada aos valores do modernismo.¹

O processo de modernização do Recife gerou inúmeros conflitos entre o mercado imobiliário e o órgão do Patrimônio, tornando o processo de modernização das cidades uma arena de conflitos, interesses e experimentações. Com a instalação do 1º Distrito, todos os proprietários interessados em reformar tinham de solicitar a autorização deste órgão. Em virtude destas solicitações foram produzidos diversos documentos referentes aos processos de aprovação das novas edificações. Estes documentos que serviram como uma importante base documental para a compreensão do processo de inserção de novos edifícios, os conflitos e negociações que terminaram moldando o centro atual. Estes documentos revelam não só de que forma foram realizadas as negociações para o processo de aprovação dos novos edifícios, mas também demonstram a postura adotada pelos arquitetos modernos em relação à inserção de novas edificações em áreas de interesse histórico na segunda metade do século XX.

Este artigo é parte de um estudo mais aprofundado² que teve como objetivo elucidar a

relação entre arquitetura moderna e patrimônio histórico nas práticas profissionais dos arquitetos atuantes em Pernambuco na segunda metade do século XX, identificando as estratégias adotadas para a inserção e aprovação de novas construções no entorno de bens tombados. O objetivo deste artigo,³ por sua vez, é identificar os processos de negociação e as estratégias adotadas pelos arquitetos para a aprovação de edifícios modernos no centro histórico do Recife, analisando três casos específicos da construção de edifícios altos no entorno de monumentos religiosos no bairro de Santo Antônio. O texto a seguir inicia apresentando a influência do pensamento moderno nas transformações urbanas ocorridas na cidade do Recife, sob o ponto de vista das reformas urbanas implementadas nos bairros de Santo Antônio e São José e do processo de verticalização que ocorre nas proximidades de bens tombados pelo serviço de patrimônio. Na sequência, são descritos casos específicos de inserções de edificações modernas no sítio histórico do Recife, apresentando os processos de negociação entre os diversos atores envolvidos para a aprovação e construção destes imóveis. Por fim, é realizado um balanço destas experiências de modo a compreender seus impactos na estrutura dos bairros afetados, mas sobretudo revelando o papel dicotômico dos arquitetos modernos no Recife que eram atores decisivos tanto no processo de transformação quanto de conservação urbanas.

O movimento moderno e a transformação espacial das áreas centrais do Recife

A modernização do Recife ao longo do século XX não ocorreu em um único episódio, mas foi fruto de um longo processo com algumas fases bem definidas.⁴ A Praça da República, localizada na porção norte do bairro de Santo Antônio, já havia sido palco da remodelação de importantes prédios públicos neoclássicos e ecléticos, que conferiram ao bairro o status de centro político e econômico da cidade. Já o Bairro de São José, não gozava do mesmo prestígio; tratava-se, na primeira metade do século de uma área essencialmente residencial de pequenas casas térreas e sobrados geminados que, após as drásticas transformações do bairro do Recife, passou por um crescimento demográfico

significativo. Segundo Pontual (1995, p. 799): “Recife viveu na década de 30 um período de euforia intelectual e crescimento demográfico, no qual a questão urbana assume sem precedentes um papel central no ambiente cultural”.

Com o adensamento da cidade e falta de vias perimetrais, o bairro de Santo Antônio tornou-se passagem obrigatória para grande parte dos deslocamentos urbanos, gerando engarrafamentos em suas ruas estreitas. Uma campanha para remodelar o bairro, começou a surgir a partir do final dos anos 1920, nos jornais, na revista de engenharia local, o *Boletim de Engenharia*, e até mesmo em programas de rádio. A remodelação deste bairro tornou-se um campo privilegiado de experimentação para as novas ideias do Urbanismo, atraindo o interesse dos urbanistas mais importantes de todo o país. O debate incluiu uma série de propostas, estudos, sugestões não só para o bairro, mas para toda a cidade, publicados nas revistas e jornais locais e nacionais, marcando o nascimento de uma cultura urbanística na cidade (Moreira, 1999; Outtes, 1991; Pontual, 1998; Reynaldo, 2017).

O processo de demolição para a abertura das avenidas teve início já no final dos anos 1920. As transformações urbanísticas se resumiram basicamente na abertura de duas grandes avenidas: a 10 de Novembro, logo renomeada Avenida Guararapes, que corta o bairro do sentido leste ao oeste, concluída em 1949, e a Avenida Dantas Barreto, que corta no sentido norte-sul, concluída apenas em 1973. A Avenida Guararapes foi fruto de um intenso embate entre urbanistas, intelectuais e autoridades locais. Após uma longa sucessão de planos, a comissão do Plano da Cidade, em 1938, optou por uma solução em parte baseada no plano de Nestor de Figueiredo de 1932. Restrições financeiras impediram mais expropriações e o projeto foi reduzido a uma única ampla avenida e seus quarteirões adjacentes, que foram concluídos em 1949. A verticalidade, densidade e concentração do conjunto tem claras filiações com o centro de negócios proposto por Alfred Agache para o Rio. Na perspectiva do plano, percebe-se a sugestão de velocidade e fluidez, como linhas e cornijas dos prédios convergindo para o ponto de fuga. Os edifícios não foram construídos para serem admirados individualmente, mas para compor um cenário cuidadosamente desenhado. A legislação determinou o alinhamento das fachadas, a



Figura 1. Vista aérea do Bairro de Santo Antônio, início da década de 1950, com edição dos autores. Fundação Joaquim Nabuco JPC 3111.

unidade volumétrica de blocos e a concordância de alturas e motivos arquitetônicos (Moreira, 2016) (Figura 1).

A construção da Avenida Dantas Barreto não pode ser concluída com a mesma rapidez e nem ter a mesma integridade do conjunto da Guararapes. Pelo contrário, foi um processo lento, complexo e com muitas interrupções, que se estendeu por quatro décadas. Desde o final da década de 1950, as obras estavam estagnadas entre a Praça de Independência e o Pátio do Carmo, sem ainda adentrar no Bairro de São José (Loretto, 2008). A implantação do 1ºDR/DPHAN, que passou a proteger o entorno dos bens tombados, junto com a crescente conscientização das elites culturais locais da necessidade de preservar o patrimônio construído, contribuiu para que a abertura da avenida fosse permeada de conflitos, arrastando sua conclusão até meados dos anos 1970.

Com a retomada das obras e a chegada ao Pátio do Carmo no final dos anos 1950, a Avenida tornou-se um objeto de enorme interesse do mercado imobiliário que via a possibilidade de criar um novo eixo dinâmico de edifícios verticais. Multiplicaram-se os números dos processos de

aprovação de novas construções para o Bairro de Santo Antônio junto ao Serviço de Patrimônio, que deveria aprovar as obras, de acordo com o Artigo 18 do decreto de Lei Nº 25 de 1937.

A conclusão da Avenida Dantas Barreto, mesmo que muito próxima temporalmente, não seguiu o padrão de ocupação da Guararapes. Os arquitetos modernos rejeitaram o modelo da Guararapes em prol de uma linguagem moderna, com a utilização de *brises-soleil*, cobogós, panos de vidro e painéis artísticos nas fachadas. Os novos edifícios foram projetados para serem observados como objetos isolados na paisagem, de acordo as discussões realizadas no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. A escala dos novos edifícios foi um dos pontos de maior conflito em relação aos interesses da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

A pressão pela construção de uma cidade verticalizada, por sua vez, estava diretamente relacionada com a maior possibilidade de rentabilidade do solo urbano, sobretudo nas áreas centrais do Recife. Segundo Reynaldo (2017) este fator impulsionou a criação do Regulamento de

1946, uma normativa que tratava da regulação da construção de edifícios altos em diversas áreas da cidade, sem excluir as áreas centrais, mas também discutindo a inserção de arranha-céus em bairros como o de Boa Viagem. Com a aprovação da normativa pela Comissão do Plano da Cidade, ruas como a Siqueira Campos, Aurora, Avenidas Dantas Barreto e Guararapes têm seus gabaritos mínimos elevados de três para oito pavimentos, já a avenida Conde da Boa Vista e rua Martins de Barros tiveram seus gabaritos mínimos fixados em seis pavimentos.

O processo de consolidação da arquitetura moderna no Recife também ocorre neste momento. Entre 1949 e 1951, estabeleceram-se no Recife o carioca Acácio Gil Borsoi, o português Delfim Amorim e o italiano Mário Russo. Esses arquitetos adaptaram princípios modernistas da escola carioca e do modernismo europeu às condições climáticas e construtivas da região, criando soluções arquitetônicas que se consolidaram na cena local e que foram reproduzidas por eles ou seus discípulos nas décadas seguintes, como a casa unifamiliar solta no lote ou o edifício residencial em altura. Russo, Borsoi e Amorim tornaram-se professores da Escola de Belas Artes de Pernambuco, formando uma série de discípulos que desenvolveram carreiras produtivas e consistentes não só em Recife, mas também em outras cidades do Nordeste. Tanto Borsoi e Amorim, como seus discípulos, iriam projetar muitos destes edifícios modernos erguidos no Bairro de Santo Antônio nas décadas de 1950 e 1960, e consequentemente lidar com os conflitos entre a dinâmica de modernização e reações do campo da conservação.

Em Pernambuco, a institucionalização das ações do campo da conservação só foi de fato efetivada com a instalação do 1º Distrito da DPHAN,⁵ dirigido por Ayrton Costa de Carvalho desde a sua criação. Este órgão tinha como missão catalogar e evitar o desaparecimento de bens imóveis de reconhecido valor patrimonial além de controlar a inserção de novas construções no Centro Histórico da Cidade do Recife. Apenas entre 1938 e 1939, anos da primeira leva de tombamentos do SPHAN, 16 bens foram tombados no Recife, sendo 13 deles de natureza religiosa.⁶ O tombamento de um imóvel implicava que o seu entorno passaria a ser regulado pelo SPHAN, existindo um “círculo de proteção” ao redor do bem (Reynaldo, 2017).

Segundo Pereira (2012), este instrumento denominado cone de visibilidade foi criado com o intuito de preservar a ambiência dos bens imóveis, impedindo qualquer alteração na vizinhança de bem tombado, que possa interferir em sua visibilidade, sem devida autorização.

Sendo o centro do Recife, particularmente o Bairro de Santo Antônio, uma área permeada por uma enorme concentração de bens inscritos no livro do tombado, quase todo seu território estaria, portanto, regulado pelo SPHAN. Em contrapartida, este mesmo território era cobiçado para a construção de novos edifícios altos pelos promotores imobiliários e agentes da modernização da cidade. De acordo com Reynaldo (2017), a memória do exercício 1957 do SPHAN (agora denominado DPHAN) nitidamente revela que a ação do órgão passou a privilegiar a proteção dos bens tombados por meio do controle da forma, particularmente da altura, dos novos edifícios a serem construídos nas proximidades destes. Assim como na instância federal, o escritório local contou com a participação de arquitetos modernos, que validavam igualmente as arquiteturas moderna e colonial como representantes de construções de “boa qualidade”, ao passo que excluíam do processo de preservação as construções ecléticas.

Os processos de aprovação de edifícios altos no bairro de Santo Antônio são oportunidades para compreender a disputa entre os diversos agentes responsáveis pela constituição do atual centro histórico da cidade do Recife. A convivência de imóveis de diversos períodos históricos na atual malha urbana não é resultado de um processo pacífico, mas revela a efervescência do debate urbanístico que ocorria em meados do século XX e seus impactos tanto na verticalização quanto na conservação de bens imóveis de interesse patrimonial.

Neste artigo serão analisados três casos de impasses para aprovação de edifícios modernos no entorno de bens tombados pela DPHAN. O primeiro caso se refere ao processo de aprovação de dois arranha-céus localizados no entorno da Igreja Matriz de Santo Antônio. O segundo caso trata do processo de aprovação de um novo edifício e da reforma com acréscimo de pavimentos em um segundo imóvel, ambos aos fundos do Convento de Santo Antônio. O último caso se refere a dois novos projetos que visavam

substituir sobrados próximos à Igreja Matriz do Espírito Santo, sendo apenas um deles deferido pelo órgão responsável. Todos os casos analisados nesta pesquisa estão situados no Bairro de Santo Antônio, isto se justifica por ter sido o primeiro a ser transformado pela construção das novas avenidas (Avenida Guararapes e primeira parte da Avenida Dantas Barreto), fator que incentivou a verticalização da área (Figura 2).

A Igreja Matriz de Santo Antônio: os edifícios do Banco Mercantil e do Banco Lavoura de Minas Gerais

O primeiro caso consiste na construção de dois edifícios altos na quadra lindeira à Igreja Matriz de Santo Antônio, delimitada pela Avenida Dantas Barreto e pelas ruas Nova, Camboa do Carmo e das Flores. Em 1953, o proprietário solicitou a autorização para uma reforma no andar térreo do sobrado da esquina da Rua Nova com a Avenida Dantas Barreto (lote 145), com o objetivo de implantar uma marquise e vitrines, adaptando-o ao uso comercial, mas teve seu pedido negado, visto que o 1º DR da DPHAN pretendia tombar o referido imóvel. Em 1954, um novo requerimento, desta vez solicitando autorização para realizar obras de reparos no reboco, piso e cobertura da mesma edificação, foi novamente indeferido (*Guia nº 476/54, 1953; Guia nº 630/53, 1953*). Entretanto a proibição não impediu que uma série de obras fossem executadas e descaracterizassem o imóvel (Figura 3 e 4). Em ofício encaminhado ao Diretor geral da DPHAN, Carvalho descreve o alto grau de descaracterização que o sobrado apresentava:

Solicitaram permissão para substituir reboco e arrancaram todo o azulejo da fachada principal e do pavimento térreo lateral, destruíram todas as paredes internas; removeram o telhado e iniciaram a destruição da grande empena lateral. (...) Toda a parte externa do pavimento térreo, no trecho das vitrines, está revestido com pastilhas vidradas retangulares, de cores variadas e vivas, como azul, amarelo branco e vermelho, o que nos parece um carnaval (Carvalho, 1954a).



Figura 2. Indicação da localização dos casos analisados na pesquisa. Os autores, 2023.



Figura 3. Vista da Praça da Independência antes da reforma do sobrado. Recife Anticamente. << <https://i.pinimg.com/originals/ba/85/fb/ba85fb8cb11da1d49916796a81ae3b54.jpg>>> Acesso em 31 Julho de 2023.



Figura 4. Cartão Postal da Praça da Independência. Nesta imagem o casarão da Rua Nova já aparece com as reformas descritas por Ayrton Carvalho. Acervo de Fátima Martins.



Edifício da Sulacap
Igreja Matriz de Santo Antônio
Lote 145
Lotes 38, 40, 46 e 50

Figura 5. Indicação dos lotes 145, 38, 40, 46 e 50 em relação à Igreja Matriz de Santo Antônio. Os autores, 2023.

Simultaneamente a este processo, foi solicitada ao 1º DR da DPHAN autorização para construção de um novo edifício para ocupar uma série de lotes contíguos (lotes 38, 40, 46 e 50) que foram reunidos em um único terreno de esquina entre a Rua das Flores e Avenida Dantas Barreto. O Banco Lavoura de Minas Gerais, proprietário do terreno, desejava construir um edifício de quinze

pavimentos, para abrigar sua sede no Recife, que seria projetado pelo arquiteto Vital Brazil (*Processo nº 3099, 1954*) (Figura 5).

Em resposta à esta solicitação, o chefe do 1º Distrito Regional da DPHAN, Ayrton da Costa Carvalho, afirmou que não se opunha à construção de um edifício com 15 pavimentos no referido lote, entretanto julgou indispensável a criação de uma passagem de pedestres entre o novo edifício e o sobrado de esquina, permitindo uma conexão visual entre a Avenida Dantas Barreto e Rua Camboa do Carmo. A abertura, esboçada pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, seria possibilitada pela utilização do vazio central da quadra proveniente das dependências dos sobrados (Carvalho, 1954b) (Figura 6). Com claras filiações modernas, Ayrton Carvalho defendia que deveria ser mantido o gabarito do sobrado 145 para a quadra toda: “Com essas providências urbanísticas, poderá manter-se um relativo equilíbrio de massas, entre cujos volumes construtivos se alevante o monumento tombado” (Carvalho, 1954b). Vale ressaltar que esta estratégia de separar os novos edifícios dos imóveis que necessitassem ser preservados, por meio da criação de espaços livres, remete à preceitos estipulados na Carta de Atenas.⁷

Mesmo com o tombamento do sobrado da Rua Nova frustrado pela reforma ilegal, Ayrton Carvalho recomendou que a construção do edifício sede do Banco Lavoura de Minas Gerais, ainda guardasse o recuo da edificação para preservar o gabarito dos edifícios próximos à Igreja Matriz de Santo Antônio (Carvalho, 1954b). Contudo, em 1954, o arquiteto Vital Brazil informa ao 1º DR que, com o intuito de reduzir o tempo do processo de aprovação do novo edifício, enviou um projeto para a Prefeitura do Recife no qual conseguiu atender a todos os parâmetros urbanísticos exigidos, obtendo sua aprovação. Neste projeto, o pavimento térreo do edifício ocuparia todo o perímetro do lote. Segundo o arquiteto, realizar as alterações propostas pelo 1º DR da DPHAN acarretaria um atraso significativo no início das obras (Carvalho, 1954b).

Este fato, aliado a um posicionamento da Prefeitura do Recife alegando dificuldades financeiras para executar a passagem de pedestres proposta pelo 1º DR, pode ter motivado Ayrton Costa de Carvalho a renunciar à exigência feita ao Banco Lavoura de Minas Gerais, aceitando que

o novo edifício ocupasse todo o lote, contanto que a partir do primeiro pavimento o recuo fosse respeitado. A proposta final desenvolvida por Vital Brazil para o edifício sede do Banco Lavoura consistiu em um volume prismático e austero que repousa sobre uma base de um pavimento ocupando todo o lote, sendo revestido por uma pele de elementos vazados em concreto aparente que se estende por grande parte da fachada do edifício, sem interrupções de esquadrias ou demarcação de pavimentos (Figura 7).

Retornando à querela do lote 145, Ricardo Brennand, que liderava o grupo de novos proprietários, solicitou, em 1963, à Prefeitura do Recife informações relativas ao gabarito daquela área, obtendo como resposta a possibilidade de se construir até 15 pavimentos, entretanto o projeto deveria ser submetido à DPHAN por se tratar de lote vizinho a um imóvel tombado (Brennand, 1963). Desta vez os autores da proposta eram ambos personagens envolvidos com o 1º DR da DPHAN: os arquitetos Acacio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo. Devido aos processos relativos à construção do edifício vizinho, o Banco Lavoura de Minas Gerais, o 1º DR da DPHAN havia decidido por manter o gabarito daquela quadra em 4 pavimentos, com parecer do próprio Acácio Gil Borsoi, negando a possibilidade de um edifício de 15 pavimentos.

Não obtendo parecer favorável, Brennand decidiu enviar o processo diretamente ao escritório central da DPHAN argumentando a inviabilidade econômica da construção de um edifício de apenas quatro pavimentos em uma área da cidade tão valorizada. Informou ainda que era de interesse dos condôminos erguer no local um edifício com projeto e construção de boa qualidade para substituir o edifício até então ocupava o lote 145, previsto para ser demolido ainda naquele ano. Junto ao ofício endereçado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o requerente encaminhou dois estudos de gabarito desenvolvidos por Borsoi para o novo edifício: um deles representando a volumetria de um edifício de 15 pavimentos, alinhando com o edifício sede do Banco Lavoura de Minas Gerais, e um segundo representando a volumetria de um edifício de 10 pavimentos, alinhando com o edifício da SULACAP, localizado logo após a Matriz. A resposta do escritório central, entretanto, também foi desfavorável à construção do edifício de 15 pavimentos (Figura 8).

Meses mais tarde, Ricardo Brennand encaminhou novamente ao Escritório Central um pedido para autorização de construção de um edifício no lote 145, sendo que desta vez com 10 pavimentos. Depois de analisado, o pedido recebe parecer favorável dos arquitetos Lucio Costa e José Souza Reis, o que causou insatisfação do diretor do 1º DR, Ayrton de Carvalho.⁸ A fim de esclarecer o posicionamento favorável do escritório central da DPHAN, Costa e Souza Reis elencaram uma série de pontos que foram considerados na análise e elaboração do parecer para o projeto do referido edifício, dentre eles destaca-se a afirmação de que o fato de ser projetado por Acácio Gil Borsoi pode ter influído no deferimento: “É possível também que tenha influído na formulação do nosso parecer o fato de que nova construção obedeceria a um projeto de bom nível arquitetônico, do arquiteto Borsoi” (Costa & Reis, 1963).



Figura 6. Esquema da proposta desenvolvida por Acacio Gil Borsoi para criação de passagem de pedestre ligando a Avenida Dantas Barreto e Camboa do Carmo. (Oliveira, 2017).



Figura 7. Esquema de implantação do edifício sede do Banco Lavoura de Minas Gerais. (Oliveira, 2017)



Figuras 8. Estudos de Acacio Gil Borsoi para o gabarito do edifício do Banco Mercantil com 15 e 10 pavimentos. Arquivo da 5ª Superintendência Regional do IPHAN-PE.

Neste impasse, foram solicitadas sugestões do Escritório Técnico de Planejamento Físico da Prefeitura do Recife, que, considerando o gabarito de 15 pavimentos permitido para a área, propôs uma medida compensatória, delimitando uma área *non-edificandi* no térreo e aumentando cinco pavimentos no projeto aprovado pela DPHAN, permitindo assim, um maior afastamento do novo edifício em relação ao imóvel tombado. A aprovação definitiva deste longo processo chegou em meados de 1964, quando Lucio Costa enviou um croqui com orientações para a implantação do Edifício do Banco Mercantil, sugerindo que a área *non-edificandi* proposta pela prefeitura fosse ocupada pelo andar térreo da edificação, com altura máxima estabelecida em 4,6m, com laje destinada à implantação de um teto jardim. Já os 14 pavimentos acima deveriam guardar um recuo da Igreja Matriz de Santo Antônio (Figura 9).

O projeto executivo da sede do Banco Mercantil foi desenvolvido por Borsoi em parceria com Vital Pessoa de Melo, com cálculo estrutural do engenheiro Joaquim Cardozo. Os arquitetos exploram o uso do concreto aparente tanto na estrutura, como na criação de elementos e texturas que compõem o edifício. As fachadas da torre voltadas para a Avenida Dantas Barreto e Rua Nova apresentam pilares e vigas aparentes que fazem parte de composição abstrata junto com *brises-soleis* em concreto pré-moldado e esquadrias com vidros coloridos (verdes, vermelhos e azuis) e transparentes. A repetição dos elementos em concreto faz clara referência ao projeto de Vital Brazil construído anteriormente. A base e o coroamento do edifício recebem acabamento em concreto aparente moldado em formas de telhas de amianto adquirindo uma textura ondulada que contrasta com a superfícies da igreja e dos sobrados (Figuras 10 e 11).



Figura 9. Esquema de implantação do Edifício do Banco Mercantil proposto por Lucio Costa. Oliveira, 2017.

A sugestão de Costa de dispor um volume com loja no alinhamento da rua e de recuar a torre de escritórios foi muito bem-sucedida na medida em que a loja confere continuidade com os sobrados da Rua Nova e obstrui a visão da torre a partir desta rua. A torre se revela em sua plenitude apenas partir da Avenida Dantas Barreto, a avenida mais larga, recentemente aberta, e configura junto com as torres o perfil da avenida. Os casos dos edifícios do Banco Lavoura de Minas Gerais e do Banco Mercantil são capazes de demonstrar a forte influência que os arquitetos modernos possuíam nas decisões tomadas no âmbito da DPHAN, tendo em vista que a percepção estética que estes profissionais possuíam em relação à composição urbana era um fator decisivo para a concessão da autorização.

Convento de Santo Antônio: edifícios Santo Antonio e São Francisco

O segundo caso consiste na solicitação de construção de um novo edifício e de uma reforma com acréscimo de um pavimento em um imóvel existente, ambos localizados aos fundos do conjunto do Convento de Santo Antônio, e às margens da recém construída Avenida Dantas Barreto. O edifício Santo Antônio, projetado por Acácio Gil Borsoi e Wilson Nadruz, em 1963, ocupa atualmente o lote 191. Vizinho a ele, já existia o Edifício São Francisco, atribuído ao engenheiro Antonio Baltar, que foi reformado na década de 1970 por Zildo Sena Caldas quando recebeu mais um andar e teve sua fachada transformada.

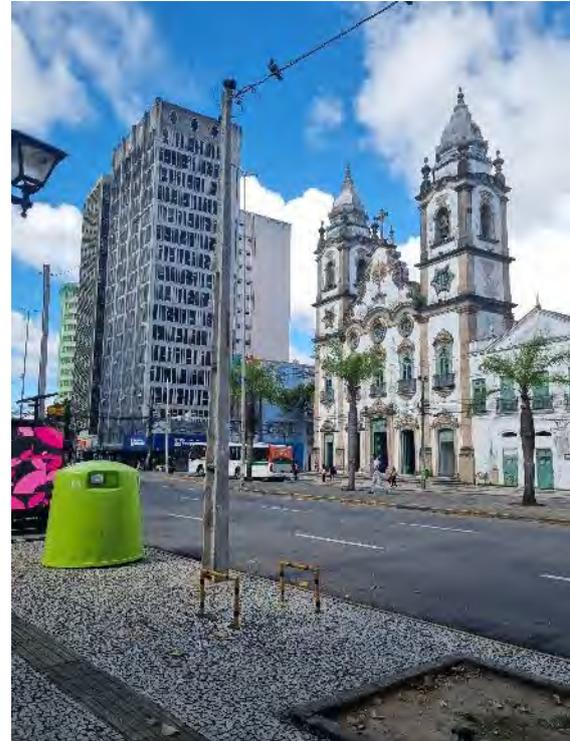


Figura 10. Igreja Matriz de Santo Antônio ao lado do edifício do Banco Mercantil. Os autores, 2023.



Figura 11. Edifício do Banco da Lavoura de Minas Gerais ao lado do edifício do Banco Mercantil. Os autores, 2023.



Figura 12. Indicação dos lotes 191 e 60 em relação ao Convento Franciscano de Santo Antônio. Os autores, 2023

Na nova quadra conformada pela avenida, que passou a ser delimitada pelas ruas Siqueira Campos, Imperador Dom Pedro II e Frei Vicente de Salvador, está contido um conjunto arquitetônico do Convento Franciscano de Santo Antônio, tombado pelo SPHAN desde 1938 e composto pela Capela Dourada, claustro e Igreja de São Francisco. A proximidade com o conjunto levou à necessidade da proposta do novo edifício ter a apreciação do 1º DR da DPHAN. Vale ressaltar que mesmo a nova edificação estando próxima de importantes edifícios ecléticos e neoclássicos dos arredores da Praça da República, os conflitos com o patrimônio histórico de resumiram ao respeito à escala dos bens herdados do período colonial (Figura 12).

O processo de aprovação do Edifício Santo Antônio não teve grandes conflitos, sobretudo porque o novo imóvel teria um gabarito de apenas cinco pavimentos, além do piso térreo, e não oferecia riscos para a alteração de escala da quadra, que neste período era um dos fatores primordiais para o deferimento de processos de novas construções na vizinhança de bens tombados. Em relação à solução apresentada inicialmente pelos arquitetos, foram feitas

alterações apenas na fachada voltada para o interior da quadra, nos fundos do convento, já que foi exigido que o volume térreo, contendo um alojamento e uma zeladoria, fosse coberto por telhas canal (Borsoi, s/d).

Atendida esta imposição, o novo edifício pode ser construído no local onde anteriormente existiam uma série de sobrados coloniais. No andar térreo deste imóvel comercial, foi pensado uma galeria coberta com lojas com vitrines voltadas tanto para a Avenida Dantas Barreto quanto para o interior da galeria. Esta rua interior, que corre paralelamente à rua, conduz o pedestre a um rico lobby iluminado por uma claraboia. Os quatro pavimentos acima abrigam uma sequência de escritórios comerciais interligados por um corredor central que permitiu salas voltadas tanto para a avenida quanto para o convento.

Os arquitetos trabalham o térreo do edifício como um prolongamento da calçada da Avenida Dantas Barreto; por meio de um acesso que cruza o edifício é possível acessar o convento. Os materiais do piso reforçam a ideia de que o térreo do edifício é parte do tecido urbano da cidade, já que repetem o revestimento encontrado na calçada da Avenida. Trata-se de um tipo de implantação filiado ao urbanismo moderno, ao oferecer permeabilidade na quadra, mas que mantém certa continuidade com a cidade tradicional.

Na fachada poente, voltada para a Avenida Dantas Barreto, foi proposto um sistema de vedação composto por um sistema de peças de concreto (cobogós), desenhados por Acacio Gil Borsoi e produzidos *in loco*, com o objetivo de filtrar a incidência direta da luz sobre os ambientes, sem prejudicar a ventilação dos escritórios. A textura única e uniforme desta superfície que se estende por toda a fachada faz com que nosso olhar não se fixe em nenhum ponto e que se dirija para a fachada clássica do Fórum de Justiça ao lado, com a qual contrasta fortemente. Após a conclusão deste edifício em 1963, a quadra permaneceu sem alterações até o final da década de 1960, quando foi requerida ao 1º Distrito a autorização para realização de uma reforma com acréscimo de um pavimento no edifício vizinho, o Edifício São Francisco, localizado no lote de número 160. Segundo Zildo Sena Caldas (2016), autor do projeto de reforma, o proprietário solicitou a renovação total da

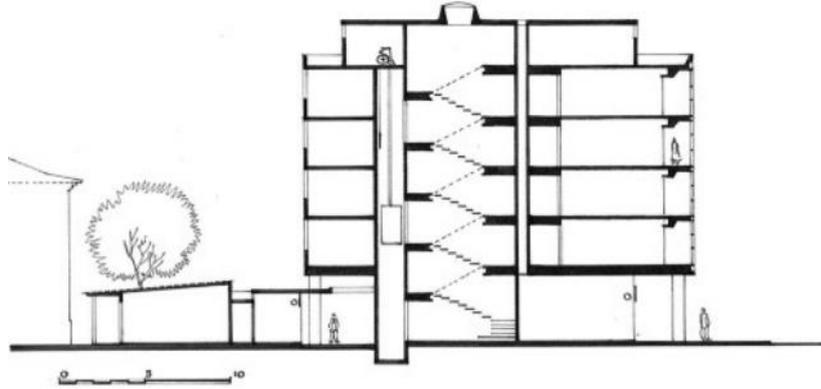


Figura 13. Seção do Edifício Santo Antônio. Acervo da família Borsoi.



Figura 14. Edifícios Santo Antônio e São Francisco antes da reforma. Borsoi Arquitetos Associados.

fachada com o acréscimo de um novo pavimento, o que levaria o antigo edifício a ter o mesmo gabarito do recém-construído Santo Antônio (Figura 14).

O projeto necessitou de parecer do 1º Distrito pela mesma razão do seu vizinho: a proximidade com o Convento Franciscano de Santo Antônio. Apesar de serem situações semelhantes, já que o acréscimo de pavimentos proposto não alteraria o gabarito máximo da quadra, Ayrton Carvalho decidiu encaminhar o processo para análise do escritório central (Sena Caldas, 2016). Diferente do que aconteceu com o edifício proposto por

Borsoi e Vital, não foi solicitada nenhuma alteração ou inclusão de elementos que fizesse relação com os bens tombados. No projeto de reforma proposto por Sena Caldas a fachada ganharia uma sequência de montantes em concreto espaçados ritmicamente no trecho voltado à Avenida Dantas Barreto, e entre eles seriam intercalados painéis quadrangulares de azulejos e *brises soleil* horizontais. O desenho da nova fachada confere uma clara sensação de continuidade à fachada do edifício vizinho, mas nenhuma relação com os bens tombados, com exceção dos painéis em azulejos (Figura 15).



Figura 15. Edifício Santo Antônio e Edifício São Francisco após intervenção de Zildo Sena Caldas. Foto dos autores, 2023.

Este caso evidencia uma prática recorrente na análise de inserção de edifícios modernos no entorno de bens tombados até a década de 1970 no Recife: o critério de visibilidade do bem tombado e conseqüentemente o controle de gabarito dos novos imóveis era fator primordial para o deferimento dos processos. Aspectos referentes à forma do edifício eram, em geral, mais flexibilizados pelo órgão de patrimônio. Logo, este caso foi o que menos apresentou conflitos entre os projetistas e o 1º DR da DPHAN, já que se tratava de edifícios que não alteravam significativamente a escala do bairro.

Igreja Matriz do Espírito Santo: o caso dos edifícios do Banco Nacional do Norte (BANORTE) e Escritório Albert Lundgren Tecidos

O terceiro caso consiste na construção de dois edifícios localizados nas proximidades da Igreja Matriz do Espírito Santo, tombada em nível federal desde 1972. Delimitada pelas ruas Imperador Dom Pedro II, 1º de Março, Avenida Martins de Barros e pela Praça Dezesete, a quadra recebeu duas propostas de novas construções na década de 1970, a primeira para o lote 491 (que antes abrigava dois sobrados geminados), e a segunda para o lote de número 511, sendo apenas a primeira delas aprovada pelo DPHAN.

Mesmo que ambas as propostas para os novos edifícios datem da década de 1970, as especulações sobre a possibilidade de novas

construções na quadra lindeira à Praça Dezesete se iniciaram ainda em 1957. Por meio de uma carta destinada ao diretor da 1ª Coordenadoria Regional da DPHAN, Ayrton Costa de Carvalho, a empresa Albert Lundgren Tecidos solicita o posicionamento da instituição acerca da demolição de um sobrado existente na Rua Imperador, esquina com a Praça Dezesete, além de solicitar qual seria o gabarito desejável para aprovação de um novo edifício no local.

Antes de emitir qualquer parecer, a DPHAN submete o caso ao julgamento do escritório central no Rio de Janeiro. No ofício endereçado a Rodrigo M. F. de Andrade, Ayrton Carvalho (1957) reitera o desejo da instituição em conservar alguns “quarteirões típicos à margem do Capibaribe, como documentário da arquitetura tradicional que a modernização da cidade está fazendo desaparecer”. Entretanto relata que em uma visita ao Recife, o arquiteto Lucio Costa considera desnecessário preservar os exemplares daquela quadra sob a justificativa de que a descaracterização da arquitetura já avança por todo o Bairro (Carvalho, 1957). Em resposta ao ofício enviado pelo 1º Distrito da DPHAN, o Diretor Geral concorda com o parecer do arquiteto Lucio Costa e concede o direito de demolição solicitado pelos proprietários. Em nenhum dos pareceres, no entanto, se faz referência ao gabarito que seria permitido para a área (Andrade, 1957). Após esta concessão, o sobrado é demolido, mas a quadra permanece sem novas solicitações até meados da década de 1970.



- Igreja do Divino Espírito Santo
- Lote 491
- Lote 511

Figura 16: Indicação do local dos lotes 491 e 511 em relação à Igreja do Divino Espírito Santo. Elaborado pelos autores.

Já em 1975 é requerida ao DPHAN a autorização para a reforma dos dois sobrados localizados no lote 491 nesta mesma quadra para abrigar uma agência do Banco Banorte. O projeto dos arquitetos Jerônimo Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual previa uma drástica modificação dos sobrados existentes, apesar de não os demolir completamente. Segundo Carlos Fernando Pontual (comunicação pessoal de Maio de 2016), os sobrados encontravam-se em ruínas, e mesmo não tendo sido encontrados registros que comprovassem isto, pode-se observar por meio das plantas dos imóveis que eles não apresentavam características que indicassem um edifício apto para uso (Figura 17). O projeto manteve somente as paredes laterais e a coberta em duas águas. As lajes de piso também foram demolidas e substituídas por outras em níveis diferentes dos originais. Nos quatro pavimentos é mantida a ideia de planta livre, com poucas dependências erguidas na lateral do edifício. A nova fachada com frente para a Avenida Martins de Barros é composta por uma pele de vidro que desconsidera a divisão anteriormente existente entre os dois lotes e a antiga leitura dos níveis (Figura 18 e 19).

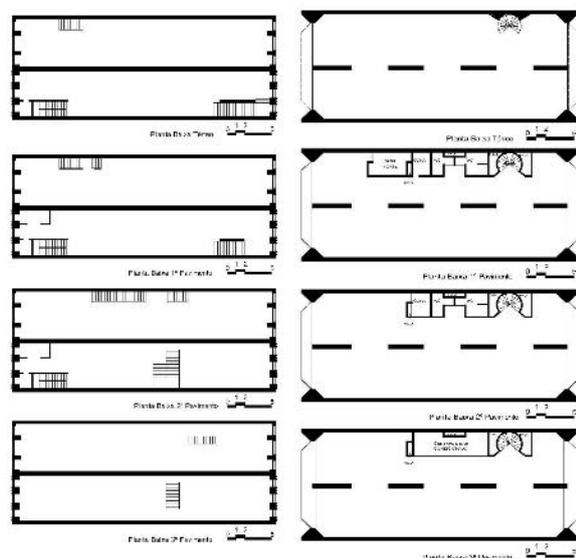


Figura 17. Planta dos sobrados antes e depois da reforma proposta por Jerônimo e Pontual arquitetos para implantação do BANORTE. Oliveira, 2017.

A aprovação deste projeto beneficiou-se de um caso anterior, o projeto do Edifício Sparta, um alto edifício residencial nas proximidades de uma capela à beira-mar tombada, que contou com o parecer favorável de Lucio Costa.⁹ Estes precedentes incentivaram o Diretor do 1º Distrito a enviar o caso ao Escritório Central, e segundo Pontual, este fato acabou facilitando o processo de aprovação. Mesmo passando por algumas alterações volumétricas que aumentavam a superfície envidraçada e deixavam o edifício mais esbelto, Pontual (2016) afirma que o edifício construído era muito semelhante ao projeto original.

Em 1979, o lote de esquina desta quadra (lote 511) volta a ser objeto de conflito entre os requerentes e a 1ª Diretoria do DPHAN. Neste ano, finalmente é encaminhada à referida instituição uma solicitação para a construção de um novo edifício, a sede do escritório da empresa do setor têxtil Albert Lundgren, que pretendia ocupar o lote que estava vazio desde o final da década de 1950. Proposto pelo arquiteto Acacio Gil Borsoi, o novo projeto consistia em um edifício com três frentes, sendo a mais extensa voltada para a Praça Dezesete. Todas as fachadas eram



Figura 18. Edifício BANORTE, de Jerônimo e Pontual arquitetos, visto da Av. Martins de Barros. Os autores, 2017.



Figuras 19. Edifício Banorte visto da Rua do Imperador Dom Pedro Segundo. Os autores, 2023.

compostas por esquadrias de vidro sem demarcação de pavimentos, interrompidas apenas no último pavimento, onde foi disposto um terraço para possibilitar uma ampla visada para o Rio Capibaribe. A coberta sugerida obedecia ao padrão presente em toda a quadra, duas águas com grande declividade. Diferentemente dos demais edifícios da quadra, Borsoi propõe um pavimento semienterrado para estacionamento e depósito, que ocasiona uma diferença de altura entre a calçada e o pavimento de chegada de pedestres. O pavimento térreo é dividido entre uma área de trabalho e um espaço para o *showroom* de peças, enquanto o segundo e terceiro pavimentos são destinadas a áreas de trabalho com planta livre.

O projeto foi encaminhado pela Prefeitura Municipal do Recife à apreciação da antiga 1ª Diretoria Regional da DPHAN pela proximidade com a Igreja do Divino Espírito Santo, e em seguida foi direcionado aos arquitetos responsáveis pelo estudo da área de Preservação Rigorosa do Plano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH),¹⁰ uma nova legislação que tinha como objetivo principal inventariar as zonas urbanas presentes na Região Metropolitana do Recife que possuíssem “valor notável,” e assim, fossem estabelecidas as possibilidades financeiras para intervenções nestas áreas (Reynaldo, 2017, p. 360).

O primeiro parecer, de autoria da arquiteta Silvia Katz, alerta que o centro histórico do Recife seria constituído não só pelos monumentos tombados, mas pelo casario dos bairros, já que as descaracterizações deste conjunto poderiam ser revertidas com medidas de restauro e revitalização, uma vez que suas características básicas conseguiram ser preservadas ao longo do tempo. Mesmo se tratando de um lote vazio, Silvia Katz se opõe ao projeto de Borsoi e pede que a solução adotada para este espaço guarde as proporções dos demais prédios que constituem a quadra e adote cobertura de telhas canal. Entretanto, reitera que é contrária a elaboração de pastiches, mas a favor de uma solução simples, discreta e que guardasse as modulações horizontais e verticais adequadas ao entorno (*Informação Técnica no 63/79*, 1979).

O segundo parecer, de autoria do arquiteto Antônio de Menezes e Cruz, também como Silvia Katz, se opôs a execução do projeto, referindo-se

a pontos semelhantes aos levantados no parecer anterior, como a incompatibilidade da solução plástica com o entorno. Menezes e Cruz ainda relata que foi atendido o desejo do proponente de ter o seu projeto analisado por um outro grupo de arquitetos que não fossem funcionários do serviço de patrimônio. Foram incumbidos para tal tarefa os arquitetos Helvio Polito, Vital Pessoa de Melo, Geraldo Gomes, Sônia Calheiros, Ana Lúcia Barros e Amélia Reynaldo, sendo consenso entre eles o inconveniente em se construir uma superfície envidraçada com mais de 400m², em três frentes, sem obedecer à modulação da quadra ou oferecer qualquer elemento de relação com o lugar. Esta sequência de pareceres contrários à execução da obra impossibilitou a construção do novo edifício naquele lote (*Informação Técnica nº 63/79, 1979*).

O argumento de que existiam exemplares semelhantes já construídos anteriormente nas proximidades do imóvel também não foi aceito como justificativa para a construção do projeto. Anos mais tarde, o lote foi ocupado por um edifício que cumpria parâmetros estéticos mais próximos aos solicitados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A diferença no processo de aprovação destes exemplares demonstra uma sensível mudança na postura do IPHAN para aprovação de novas construções no Centro Histórico do Recife: se até a década de 1970 as sugestões do Serviço de Patrimônio limitavam-se a questionar o gabarito das novas edificações, a partir deste momento os arquitetos envolvidos diretamente com o órgão passam a adotar novos critérios para análise das obras, considerando a ambiência e os demais componentes do sítio, e não apenas os imóveis tombados, demonstrando assim sintonia com as novos conceitos patrimoniais então em voga, como as cartas de Amsterdã e Veneza. São arquitetos mais jovens, que fazem parte de uma geração que passou a se especializar neste campo de conhecimento, se distanciando de uma geração anterior que detinha um conhecimento mais abrangente.

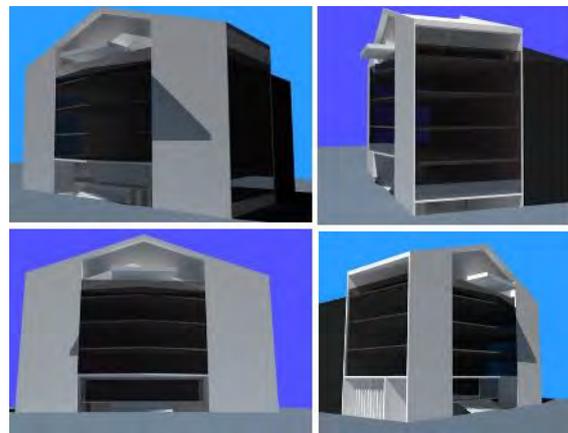


Figura 20. Simulações do Edifício Sede dos escritórios Lundgren visto da Praça Dezesete, da Rua do Imperador, da Avenida Martins de Barros e da Praça Dezesete (Oliveira, 2017).

Considerações finais

A presença constante dos arquitetos vinculados ao movimento moderno nas atividades do 1º Distrito Regional da DPHAN representa uma continuidade da tendência nacional. A presença destes personagens nos órgãos de patrimônio possibilitou uma atuação singular desta instituição, em relação aos órgãos de função semelhante presentes em outros países. Dentre estas particularidades, observa-se uma postura favorável a inserção de novos usos e novos edifícios nos centros urbanos, defendendo a importância destas novas estruturas para a dinamicidade das áreas centrais. A percepção estética que estes profissionais possuíam em relação à composição urbana era um fator decisivo para a concessão da autorização. Observa-se que a postura destes personagens é extremamente flexível em relação à inserção de novos edifícios em áreas históricas, sobretudo quando o novo projeto apresenta qualidade plástica reconhecida.

Apesar de terem sido apresentadas propostas para novos edifícios formalmente distintas entre si, podemos apontar algumas consonâncias que as tornam capazes de representar as diretrizes dos arquitetos modernos para inserções de novos edifícios em sítios históricos. O partido adotado pelos arquitetos baseava-se, sobretudo, na construção de uma imagem de vanguarda para os

novos edifícios inseridos no centro histórico, por meio da utilização dos novos materiais e repertório formal filiado às expressões da arquitetura moderna brasileira. Não se observou em nenhuma das propostas referências explícitas aos edifícios que compunham a malha urbana tradicional, mas pelo contrário, os planos e formas dos novos edifícios criam um contraste que é capaz de estabelecer um diálogo sutil com os edifícios e as formas urbanas tradicionais. Em alguns casos, como no edifício Santo Antônio proposto por Acacio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo e na reforma do Edifício São Francisco, proposta por Zildo Sena Caldas, foram utilizados elementos e técnicas construtivas que remetem à arquitetura colonial, como telhas canal e azulejos. Nos demais casos, as concessões realizadas pelos autores se referem ao limite de gabarito e a recuos em relação aos imóveis tombados.

Em síntese, os dois principais atores nesta dinâmica de transformação da forma urbana do sítio histórico dos bairros de Santo Antônio e São José, o mercado imobiliário em ascensão e o campo da conservação urbana, eram representados por arquitetos, quase sempre de orientação moderna. Enquanto os arquitetos consultores do DPHAN preocupavam-se, sobretudo, com as interferências na visibilidade do bem protegido, impedindo que novas construções amesquinhassem o patrimônio histórico, era evidente que a postura adotada pelos arquitetos autores dos novos projetos consistia em trabalhar com o contraste em relação às preexistências. Tratava-se de uma estratégia aceita e considerada ética no período. Utilizar referências explícitas de analogia com as obras do passado era uma postura combatida por ambos os lados deste conflito, logo, o que resultava deste embate eram edifícios que buscavam um sutil equilíbrio entre contrastar as preexistências, sem estabelecer uma relação de superioridade. Mesmo que esta não seja a visão que tenhamos hoje destes projetos.

A intervenção por contraste foi uma estratégia frequentemente utilizada para a inserção de novos edifícios em áreas urbanas consolidadas no Brasil, sobretudo ao longo do século XX, como por exemplo, a Caixa d'água de Olinda e os Edifícios do Ministério de Educação e Saúde e da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Que apesar de utilizar algumas estratégias sutis de relação com o entorno, diferem substancialmente das obras do passado seja pelos

materiais adotados, seja pela sua forma de implantação.

Com isso, pode-se afirmar que as soluções adotadas para os novos edifícios inseridos no Bairro de Santo Antônio, ao longo da segunda metade do século XX, não tinham como objetivo diminuir ou ofuscar as manifestações arquitetônicas do passado, mas, priorizar o contraste entre os novos materiais e as técnicas construtivas tradicionais presentes no Sítio Histórico. Tratava-se de uma metodologia de projeto essencialmente moderna que tinham bases tanto de ordem ética, descritas na Carta de Atenas de 1933 (Le Corbusier, 1933), de não aceitar o pastiche histórico, como de ordem estética, descritas por Solà-Morales Rubió (2008), que reforça o valor dos novos edifícios à medida em que estes procuram marcar o espírito de sua época e que descobrem na antiguidade valores universais que lhe servem de base para a interpretação da arquitetura histórica (Solà-Morales Rubió, 2008).

Notas

¹ Engenheiro Civil de formação, Ayrton Costa de Carvalho, antes de assumir o cargo de Diretor do 1º Distrito da DPHAN, integrou o grupo da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Pernambuco. Juntamente com o arquiteto Luís Nunes e o também engenheiro, Joaquim Cardozo, foi responsável pela construção de diversas obras públicas do Estado, como a Caixa D'água de Olinda, ao lado da Igreja da Sé, na década de 1930.

² Ver Oliveira (2017).

³ Uma versão anterior do trabalho aqui publicado foi apresentada no Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (Oliveira & Moreira, 2018). O trabalho agora publicado, por sua vez, aprofunda as análises da atuação dos atores envolvidos na transformação da forma urbana do Sítio Histórico do Recife, além de oferecer um panorama mais detalhado das ações de modernização da cidade, necessário para o entendimento do trabalho por um público mais amplo.

⁴ Entre 1909 e 1915 a cidade assistiu à modernização do porto, do adjacente Bairro do Recife, e a implementação de um novo sistema de esgotamento sanitário planejado por Saturnino de Brito. Na década de 1920, a atenção concentrou-se nas áreas periféricas, com a criação de um bairro residencial moderno inspirado nas ideias da Cidade-Jardim, o Bairro do Derby, e uma avenida costeira adornada por palacetes para a elite local, a Avenida Boa Viagem. Nos últimos anos da década de 1920, a atenção voltou-se para outros dois bairros centrais, Santo Antônio e São José, que dividem a antiga ilha de Antônio Vaz.

⁵ Segundo Oliveira (2017) a partir de 1946, foram distribuídos pelo território nacional quatro diretorias regionais do serviço de Patrimônio, elas foram instaladas nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, e respectivamente chefiadas por Ayrton Costa de Carvalho, Godofredo Filho, Sylvio Vasconcelos e Luís Saia. Após reestruturações mais recentes, Pernambuco passou a abrigar a 5ª superintendência do órgão e portanto, é nesta instituição que ficam os documentos referentes aos processos da 1ª Regional da DPHAN.

⁶ Esses bens incluíam a Capela Dourada, o claustro e igreja da Ordem terceira de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora Conceição dos Militares, o convento e igreja do Carmo do Recife e igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Teresa, o convento e igreja de Santo Antonio, a Igreja de São Pedro dos Clérigos e o pátio de São Pedro, a Igreja da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Matriz de Santo Antonio, a Igreja Madre de Deus, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista e a capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira. Além dos imóveis religiosos, também

foram inscritos no livro tomo a Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas e a Fortaleza de São João Batista do Brum.

⁷ Le Corbusier (1933) afirma trata-se de uma ação benéfica para o bem de interesse histórico a remoção de imóveis "insalubres" e "cortiços" de seu entorno. No lugar destas antigas edificações deveriam ser inseridas áreas verdes que melhorariam a visibilidade do bem.

⁸ Carvalho demonstrou insatisfação com o ocorrido por meio de um ofício enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade no qual reconhecia que com os pareceres favoráveis do escritório central já emitidos, o indeferimento por parte do 1º DR tornar-se-ia mais difícil (*Processo de aprovação do edifício do Banco Mercantil de Pernambuco*, [s.d.]).

⁹ Capela de Nossa Senhora da Piedade, tombada em 1952, no município de Jaboatão dos Guararapes. Na ocasião, Ayrton de Carvalho recusou deferir o processo, argumentando que a altura do novo edifício iria comprometer a visibilidade do bem tombado. Os arquitetos apelaram ao antigo professor comparando a situação com a Caixa d'água de Olinda na vizinhança da Igreja da Sé, que contou com o próprio Ayrton de Carvalho na equipe (PONTUAL, 2016). O parecer emitido por Lúcio Costa fazia referências às qualidades plásticas intrínsecas do projeto dos arquitetos, mas alertava que a aprovação deste exemplar não deveria constituir um precedente para casos futuros.

¹⁰ Para Reynaldo (2017) O PPSH-Recife foi a primeira normativa fundamentalmente protecionista da cidade do Recife. Seu conjunto de normas foram estabelecidas a partir da proteção do espaço de maneira mais abrangente e não somente de bens isolados localizados nos bairros de Santo Antonio e entorno.

Referencias

- Andrade, R. M. F. (1957). *Autorização para demolição do sobrado localizado no lote 511*. 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Borsoi, A. (s/d). *Acacio Gil Borsoi: Arquitetura como manifesto*. FUNCULTURA.
- Brennand, R. (1963, setembro 24). *Carta ao chefe do 1º Distrito Regional da DPHAN*. (Processo de aprovação do edifício do Banco Mercantil de Pernambuco.). Arquivo 5ª Superintendência Regional do IPHAN-PE.
- Carlos Fernando Pontual. (2016, maio 7). *Entrevista dos autores ao arquiteto Carlos Fernando Pontual* [Comunicação pessoal].
- Carvalho, A. C. (1954a). *Processo de aprovação para remodelação de edifício no lote 145 na Avenida Dantas Barreto* (Ofício nº 94/54). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Carvalho, A. C. (1954b). *Processo para aprovação de edifício para o Banco Lavoura de Minas Gerais* (Ofício nº 43/54). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Carvalho, A. C. (1957). *Autorização para demolição do sobrado localizado no lote 511*. 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Costa, L., & Reis, J. de S. (1963). *Parecer sobre construção de edifício de 10 pavimentos para o lote 145* (Informação Técnica nº 29/s/d.). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Guia nº 476/54 (476/54). (1953). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Guia nº 630/53 (630/53). (1953). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Informação Técnica nº 63/79 (3099). (1979). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Le Corbusier. (1933). *Carta de Atenas* (R. Scherer, Trad.). HUCITEC/edusp.
- Loretto, R. P. (2008). *Paraíso & Martírios: Histórias de destruição de Artefatos Urbanos e Arquitetônicos no Recife* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Moreira, F. D. (1999). A aventura do urbanismo moderno no Recife (1900-1965). Em M. C. Leme (Org.), *Urbanismo no Brasil, 1895-1965* (1ª ed, Vol. 1). Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo.
- Moreira, F. D. (2016). The Transformation of the Santo Antonio District, Recife, Brazil (1938-1949). *17th IPHS: History Urbanism Resilience: Ideas on the Move of Modernization.*, 1, 173–184.
- Oliveira, P. A. S. de, & Moreira, F. D. (2018). *Arquitetura moderna e patrimônio na modernização do centro histórico do Recife, 1946-1979*. *Anais do evento. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro*. <https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82498-ARQUITETURA-MODERNA-E-PATRIMONIO-NA-MODERNIZACAO-DO-CENTRO-HISTORICO-DO-RECIFE-1946-1979>
- Ottes, J. (1991). *O Recife Pregado à Cruz das Grandes Avenidas* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Pereira, J. M. (2012). *Admiráveis Insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Pontual, V. (1998). *O saber urbanístico no governo da cidade: Uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Pontual, V. (1995). *Ordem e progresso: O pensamento urbanístico no Recife dos anos 30. Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro*. VI Encontro da

- Associação Nacional de Planejamento Urbano - ANPUR, Brasília. Indisponível online
- Processo de aprovação do edifício do Banco Mercantil de Pernambuco* (Informação Técnica nº 29/s/d.). ([s.d.]). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Processo nº 3099 (3099)*. (1954). 5ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Reynaldo, A. (2017). *As catedrais continuam brancas: Planos e projetos do século XX para o centro do Recife*. CePe Editora.
- Sena Caldas, Z. (2016, de Dezembro de). *Entrevista dos autores ao arquiteto Zildo Sena Caldas* [Comunicação pessoal].
- Solà-Morales Rubió, I. de. (2008). Do contraste á analogia: Novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. Em Kate Nesbitt, *Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia teórica (1965-1995)*. Cosac Naify.

Patricia Ataíde Solon de Oliveira

Arquiteta e Urbanista e Mestre em desenvolvimento urbano (UFPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. Rua Barão de São Francisco, 186. Alberto Maia, Camaragibe-PE, Brasil. Bloco 2, ap 101.

ataidepatricia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0258-0307>

Fernando Diniz Moreira

Arquiteto pela UFPE (1990), Historiador pela UNICAP (1991), Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (1994) e em Arquitetura pela University of Pennsylvania (2000), Ph.D. em Arquitetura pela University of Pennsylvania (2004). Professor Titular do Depto de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e Pesquisador 1-D do CNPq. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Condomínio do Edifício Art 1 Capiba - R. Gen. Americano Freire, 562 - Boa Viagem, Recife - PE, Brasil.

fernando.diniz.moreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1387-4036>